

171

Ao nome da
autora, Maria
do Carmo de
L. Peixoto...

Acrescente-se sua identificação: Profa. adjunta da FaE/UFMG e
doutora em educação pela UFRJ.

ENSINO SUPERIOR: desafios e questões atuais

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

RESUMO

O artigo aborda questões e desafios que estão presentes na política e administração do ensino superior, enfatizando aspectos ligados ao ensino e à pesquisa.

ABSTRACT

The article discusses some themes and challenges proposed to graduate studies' policies and administration, emphasizing teaching and research configurations.

A política e a administração do ensino superior enfrentam, hoje, em todo o mundo, um conjunto de questões e desafios, que lhe estão sendo propostos por razões de ordens diversas. Dentre as questões há aquelas decorrentes do novo paradigma do conhecimento, gestado com o advento das novas tecnologias e de uma nova ordem mundial, e aquelas decorrentes do seu próprio fazer histórico. Sob o primeiro ponto de vista, o ensino superior está sendo chamado a enfrentar as novas exigências de qualificação resultantes das modificações ocorridas no contexto tecnológico, bem como a realizar este processo de formação de modo a tornar possível aos profissionais de nível superior atuar num mundo globalizado e num contexto de grande exclusão, tanto política quanto social.

Sob o outro ponto de vista, o ensino superior enfrenta, inicialmente, os problemas decorrentes do aumento da demanda de alunos, com a conseqüente exigência de realização de um ensino de massas de qualidade. Enfrenta, também, os problemas resultantes da diferenciação da clientela que hoje chega ao terceiro grau e que estabelecem a exigência da garantia de gratuidade para esse nível de ensino. E enfrenta os problemas que lhe são postos como resultado das pressões exercidas em favor da modificação das

responsabilidades do Estado quanto aos custos deste nível de ensino, o que leva ao estabelecimento de novas relações, tanto no interior do ensino superior, como entre ele e a sociedade.

Este artigo se propõe a discutir essas questões e desafios e toma como ponto de partida o quadro relacionado às mudanças tecnológicas e à nova ordem mundial. A seguir, discute, de modo mais aprofundado, as questões relacionadas à trajetória do ensino superior nessas últimas décadas, enfatizando particularmente o caso brasileiro e abordando, de modo especial, os aspectos afetos ao ensino e à produção do conhecimento.

MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR

O mundo capitalista está vivenciando um novo padrão de acumulação, configurado pela transnacionalização e pelas mudanças tecnológicas que vêm se estruturando a partir dos últimos trinta anos. As mutações tecnológicas⁷⁴ determinaram um movimento de requalificação da força de trabalho, tornando-se desnecessárias algumas qualificações, em consequência do desaparecimento do tipo de trabalho que as exigia, enquanto outras passaram a demandar uma capacitação de mais alto nível.

As principais bases para essas mudanças tecnológicas concentraram-se nos avanços ocorridos nas últimas três décadas, na bio-engenharia, na química fina e, principalmente, na microeletrônica e configuram um novo contexto, no qual a tecnologia passa a ser a matéria prima por excelência do processo produtivo. Esta circunstância teve profundas repercussões sobre a organização do processo de trabalho, considerando-se que a etapa anterior, experimentada pela economia capitalista, foi marcada principalmente pelo taylorismo-fordismo, tendo por base um paradigma industrial caracterizado por elevado grau de mecanização e profunda divisão técnica do trabalho.

Esta organização taylorista/fordista da produção em série vem sendo, agora, colocada em xeque e enfrenta a imposição de exigências para tornar-se mais flexível, porque o ritmo do trabalho, em consequência dos avanços da informática, é cada vez mais controlado pela automação. Estes avanços possibilitaram a introdução da automação flexível na indústria, permitindo a realização do processo produtivo com grande capacidade de adaptação para atender às flutuações do mercado, com base no uso de máquinas versáteis que viabilizam a fabricação, simultânea e automática, de peças diferenciadas

74 Para uma discussão mais aprofundada desta questão, remeto o leitor a, dentre outros autores, Frigotto (1991), Paiva(1993), e Fogaça (1992).

a partir de um produto-base. Desse modo, a ênfase que vinha sendo dada, na organização do trabalho, à realização de atividades definidas e mecânicas, vai deslocar-se para os próprios processos de trabalho.

As repercussões destas mudanças sobre as exigências de qualificação do trabalhador são, evidentemente, profundas. O bom desempenho do operário depende, neste contexto, muito mais de seus conhecimentos científicos e tecnológicos, da sua criatividade e rapidez de raciocínio e do espaço de que dispõe para a tomada de decisões, do que de suas habilidades motoras, uma das características fundamentais do taylorismo-fordismo. O uso destas novas tecnologias ultrapassa a esfera da produção no setor secundário da economia, espalhando-se pelo setor terciário e vai exigir do usuário o domínio de conteúdos variados e de conhecimentos básicos amplos, mesmo quando ele encontra-se apenas marginalmente integrado ao mercado.

Em conseqüência, mesmo não assumindo este quadro uma mesma configuração em todos os ramos da indústria e em todos os países, existe uma expectativa de que o sistema educacional passe a focalizar não mais apenas o desenvolvimento de competências, mas também de disposições flexíveis para o trabalho. O desenvolvimento de características pessoais, - auto-confiança, disciplina, habilidade para definir e resolver problemas, capacidade e disposição para aprender -, passa a ser considerado como um aspecto central no processo educacional. Na verdade, a expectativa é que o próprio sistema educacional torne-se flexível e aberto a mudanças.

Tal como proposto, esse novo paradigma do conhecimento orienta-se fundamentalmente para fornecer subsídios para a ação política, pedagógica e cotidiana. Assim sendo, ele viria responder, principalmente, às exigências que os novos processos produtivos apresentam de uma racionalidade mais instrumental, funcional, imediata e adaptativa, comprometendo as possibilidades de universalização de conhecimentos. Uma questão crucial a ser colocada aqui é a de saber em que medida os critérios utilizados para estabelecer os conteúdos e as metodologias nesse novo paradigma levam em consideração aspectos da cultura universal, indispensáveis para a formação do cidadão e que não se traduzem, de forma imediata, em uma pedagogia que tem como paradigma o saber fazer, o saber usar, o saber se comunicar. (MIRANDA, 1997).

No caso mais específico do ensino superior, as conclusões dos estudos empíricos mais recentes acerca deste paradigma indicam a necessidade de que ele venha a propiciar uma qualificação de natureza ampla, geral, centrada sobre: as capacidades de abstração, percepção, armazenamento e atualização de informações; utilização exata de procedimentos e símbolos

matemáticos; adequado manejo de diferentes linguagens (tanto em termos de idiomas quanto da informática); desenvolvimento de um tipo de pensamento voltado para uma dimensão estratégica, organizadora e planificadora. São também demandadas qualificações de natureza sociomotivacional, como a facilidade de comunicação e de realizar trabalho cooperativo (PAIVA e WARDE, 1994)

Na prevalência da racionalidade instrumental inerente a este paradigma, em que *a própria noção de conhecimento é empobrecida, ao se confundir conhecimento com informação, conhecimento com instrumentalização da ação, conhecimento com emergência do saber imediato e útil* (MIRANDA, 1997:46), o ensino superior tem que enfrentar as conseqüências de sua realização em condições de rápida obsolescência. Nessa perspectiva, o saber com que o estudante lida durante o período em que está se graduando e habilitando torna-se passível de ser cada vez mais rapidamente superado, num mundo que opera um sistema de comunicações virtual e que não depende mais apenas da lentidão das publicações editoriais para tornar possível o compartilhar dos novos conhecimentos disponíveis.

Torna-se importante, portanto, considerar, aqui, a oportunidade de realizar ações capazes de evitar que o ensino superior se identifique apenas com instituições destinadas a conceder o diploma, enquanto credencial necessária ao exercício de uma profissão. Para isso, é preciso, entre outros aspectos, que o sistema de ensino superior busque organizar e sistematizar os fundamentos do conhecimento, de modo que os futuros profissionais que já atingiram, ao menos, a fase conceitual, saibam como prosseguir. E mais ainda, é preciso ter clareza de que a formação das condutas de pensamento, do senso crítico, as metodologias de pesquisa, as técnicas de documentação e a estruturação das personalidades dos educandos converteram-se agora em papéis, por excelência, do ensino superior. A competência da universidade neste contexto deve voltar-se para a *promoção de um ser humano capaz de permanecer sendo um profissional digno e respeitável*. (MORAIS 1995: 26).

A NOVA ORDEM MUNDIAL

Além dessas mudanças tecnológicas, vive-se hoje no contexto da instauração de uma nova ordem mundial⁷⁵. O primeiro aspecto dessa nova ordem é a

⁷⁵ Para uma discussão mais aprofundada das questões existentes entre esta nova ordem mundial e a educação, remeto o leitor, em especial, à leitura do número temático sobre globalização e políticas educacionais para a América Latina, da revista

acentuação da *democratização política*, que ocorreu durante a década de 80 em grande parte dos países do mundo, em conseqüência do desaparecimento de parte significativa dos regimes totalitários de longa duração, que caracterizaram o mapa político mundial nas décadas anteriores. Embora nem sempre esta democratização venha sendo acompanhada por uma democratização social, que leva a uma maior representação e participação das populações no exercício dos seus direitos sociais, não se pode deixar de valorizar positivamente a importância dessa mudança. Enquanto possibilidade de reestruturação e de exercício de uma vontade coletiva, em países antes dela privados, a existência da democracia política importa, até mesmo, como instrumento para viabilizar a discussão e a proposição de mecanismos, dentre eles a organização da sociedade, visando a alteração do quadro de exclusão social característico do contexto atual.

Como parte dessa nova ordem, é preciso observar que, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias eletrônicas permitiram aumentar o grau de centralização da produção econômica, elas fizeram o mesmo com relação à extensão/velocidade de circulação dos valores, símbolos e informações, fazendo com que o mundo entrasse na era da informação instantânea. Criaram-se, assim, condições para a instauração da globalização, gerando um sistema produtivo mundial. E, segundo Chomsky, gerando até mesmo um *executivo internacional*, - composto por instituições como o FMI e o Banco Mundial e por estruturas como as dos acordos do NAFTA e do GATT, além dos encontros executivos congregando os sete países mais ricos (o G7), ou a Comunidade Européia (1996:14). Em conseqüência, verifica-se uma multiplicação de organizações sociais, a presença de políticas supranacionais e a existência de centros de poder e decisão que, afetando a vida de cada um, escapam cada vez mais ao controle democrático das cidadanias constituídas territorialmente.

Em conseqüência, a fragilização dos estados nacionais vem sendo apontada como *prova irrefutável da eliminação econômica do poder político e do ingresso dos mercados capitalistas numa fase superior de auto-regulação universal* (FIORI, 1995:202). Esta fragilização estaria levando a um processo de regionalização das economias, como parte da estratégia dos estados nacionais para reforçar sua competitividade econômica, situação que produz uma carga de impactos não apenas econômicos, mas também sobre a educação, o meio ambiente, o mercado de trabalho, etc, num contexto em

Cadernos de Pesquisa n° 100, de março de 1997; em especial aos artigos de Marília Miranda, Dagmar Zibas, Angela Martins e Maria Laura Franco e Guilbermina Tiramonti.

que este processo ainda não se encontra completamente desenhado, não sendo possível prever, ainda, com toda a clareza, as conseqüências resultantes da regionalização econômica para países que nela ingressam em condições desiguais. Mas é possível inferir que elas não serão totalmente positivas.

Por outro lado, a história recente vem contestando a afirmação de que a fragilização dos estados nacionais cumpra papel tão significativo. A globalização tem produzido conseqüências que permanecem fora do controle de qualquer poder internacional. Ao lado do desemprego crescente, e que não tem condições de ser reabsorvido caso o ritmo de crescimento da economia mundial seja recuperado, verifica-se que as condições sociais de vida das populações dos países industrializados tem piorado sensivelmente. Caracteriza-se, desse modo, uma situação de forte polarização, resultante do aumento das desigualdades em escala mundial, ampliando-se a distância entre populações de países ricos e pobres, além de uma forte concentração regional e pessoal de riqueza, que ocorre simultaneamente à concentração do conhecimento. As conseqüências políticas, econômicas e sociais deste processo têm sido graves, principalmente quanto às possibilidades de exercício dos direitos de cidadania. Elas permitem perguntar, ainda, diante deste quadro, para que tipo de trabalho deverão capacitar as escolas?

Por sua vez, o desaparecimento de uma base solidária, que fundamente a construção de uma política de resposta nacional aos novos desafios econômicos e sociais, tem levado à marginalização de países e de determinados setores das populações, que são aqueles que não têm como ser globalizados. Configura-se aí, um quadro de acentuada exclusão política e social, com ausência de democracia social, redesenhando-se as geografias econômicas nacionais num novo mapa. Nele, algumas regiões isoladas e dinamizadas por sua integração global aparecem cercadas por enormes zonas estagnadas economicamente e desintegradas socialmente. Alguns países vão tomando cada vez mais a feição, não de sociedades nacionais, mas de sociedades de *apartheid*.

Finalmente, convive-se ao mesmo tempo, com a acentuação da democratização política e com a fragmentação política. Ao contrário da instauração de uma tendência ao universalismo pluralista, fundado na disseminação dos valores liberais e democráticos do ocidente, assiste-se hoje, na prática, ao avanço dos particularismos nacionalistas e religiosos, que vêm alimentando a multiplicação de guerras civis e regionais. Em sua forma mais extremada, o resultado tem sido a divisão de Estados e comunidades locais segundo critérios étnicos, tribais e religiosos. Em grande

parte resultante da conjuntura política do pós-guerra, que dividiu o mundo em dois blocos hegemônicos e que evidencia-se hoje como parte de uma homogeneidade ilusória, sob a qual estavam submersas as divisões culturais originais, este fenômeno indica a existência do uso de uma linguagem através da qual inúmeras minorias e regiões vêm questionando, por dentro, a legitimidade política dos seus Estados. O contexto vivenciado pelos países do Leste Europeu é o exemplo mais emblemático deste processo.⁷⁶

Acrescente-se a tudo isto o fato de que a vida social vem sendo marcada por uma forte fragmentação do cotidiano e por um pauperismo ético, características de uma sociocultura na qual as pessoas competem sob um acentuado individualismo. Este individualismo mostra conseqüências graves, se analisado conjuntamente com as conseqüências da globalização da economia. Segundo Robert Reich,⁷⁷ a reorganização econômica e política decorrente da globalização faz com que, em vez dos produtos, tecnologias, fábricas, equipamentos, que podem atravessar facilmente fronteiras, os recursos básicos de cada nação serão as habilidades e idéias de seus cidadãos.

Nesse caso, afirma este autor, a tarefa política básica de cada nação será a de controlar as forças da economia global que dilaceram os laços que unem os cidadãos, conferindo ainda maior riqueza aos mais habilidosos e criativos, ao mesmo tempo em que relegam os menos capacitados a um padrão de vida declinante. Assim, os cidadãos melhor colocados irão prosperar no mercado mundial, vendo-se tentados a descartar as vinculações que formam a comunidade nacional e separando-se de seus compatriotas menos favorecidos. E esses cidadãos melhor colocados são também, necessariamente, os melhor educados. Enfrentar esta situação constitui-se atualmente um sério desafio para as políticas educacionais, mormente para aquelas destinadas ao ensino superior.

ENSINO SUPERIOR HOJE: TENDÊNCIAS E QUESTÕES

Em 1995 a UNESCO formulou um documento de política para a mudança e o desenvolvimento do ensino superior, cuja importância reside no fato de nele estar firmado ser a educação superior uma das chaves para pôr em

76 Este fenômeno levou Samuel Huntington a afirmar que estados-nações permanecerão como os mais poderosos atores em assuntos mundiais, e os principais conflitos de política global ocorrerão entre nações e grupos de civilizações diferentes, sendo a política global dominada pelo conflito de civilizações (apud FIORI, 1995:213).

77 Citado por Weffort, 1992:46.

andamento os processos necessários para enfrentar os desafios oferecidos pela nova ordem mundial. Esta afirmação encontra-se em frontal desacordo com as prioridades estabelecidas por outras organizações internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo, para quem o papel primordial, neste quadro, deveria estar reservado ao ensino básico, com precedência sobre os demais segmentos do sistema educacional.⁷⁸

No documento produzido pela UNESCO, a existência de um sólido ambiente intelectual e científico é considerada fundamental para enriquecer o conteúdo e os métodos da educação básica sendo, por isso, necessário um investimento constante no ensino superior. Nesta perspectiva, este segmento do sistema educacional deve ser visto, pelo Estado e pela sociedade, não como uma carga para o orçamento público, mas como um investimento nacional a longo prazo e destinado à melhoria da competitividade econômica e ao fomento do desenvolvimento cultural e da coesão social (UNESCO, 1995).

Uma pequena reflexão sobre a inserção do ensino superior no sistema educacional torna possível compreender melhor o significado desta afirmação deste organismo internacional. O mau funcionamento do ensino fundamental produz repercussões negativas sobre ensino médio, e caso não seja bom o desempenho deste, certamente verificar-se-ão impactos negativos sobre o ensino superior, na medida em que este receberá estudantes que não estarão bem preparados. Por sua vez, instituições de ensino superior mal organizadas e ministrando ensino de baixa qualidade produzem repercussões sobre todo o sistema educacional, pois professores para o ensino fundamental e médio não serão formados de forma adequada, bem como não se realizarão as pesquisas educacionais necessárias à tomada de decisões e à gestão dos sistemas educacionais. E mais ainda, a ausência de pesquisas educacionais de boa qualidade poderá fazer com que os países do chamado terceiro mundo acabem adotando modelos educativos não compatíveis com suas realidades e necessidades culturais, o que trará, como conseqüência, a acentuação do neocolonialismo cultural.

Em sintonia com esta prioridade do ensino superior dentre as políticas educacionais, serão aqui ressaltadas, a seguir, três tendências deste nível de ensino que vêm sendo evidenciadas pelo seu próprio fazer histórico nos últimos vinte e cinco anos. A primeira delas caracteriza-se pela *expansão quantitativa da matrícula de estudantes*, processo que ocorre na maioria das

78 O Banco Mundial considera que a ênfase deveria ser posta na qualificação em serviço dos professores das séries iniciais e na produção de material didático para o ensino fundamental. Ver Coraggio, 1996: 57-70.

regiões e países, mas que se apresenta com diferenças substanciais entre eles. As origens desse fenômeno estão principalmente no crescimento demográfico, nos progressos ocorridos nos níveis anteriores de ensino, levando ao aumento da demanda pelo ensino superior e no crescimento econômico ocorrido em muitos países e regiões.

Esta expansão vem produzindo alterações na qualidade do ensino, além de estar afetando os processos de democratização internos das instituições de ensino superior, modificando os parâmetros de administração universitária e atingindo valores constitutivos da vida acadêmica. Na América Latina ela ocorreu nas décadas de 70 e 80, muito embora tenha começado e/ou terminado antes em alguns desses países, em função de peculiaridades de sua vida política e da rapidez e profundidade com que a recessão neles se instalou ao longo dos anos 80. No nosso continente, em termos gerais, a taxa de escolarização no ensino superior sextuplicou, subindo o número de alunos de 1 milhão e 600 mil em 1970, para 7 milhões em 1988.

Um dado importante desta expansão reside no fato de que, na América Latina, ela foi acompanhada pela montagem e rápido crescimento de sistemas de pós-graduação em alguns de seus países, a partir do final da década de 60. Registre-se, em conseqüência, que naqueles países onde a pós-graduação cresceu com maior velocidade, a expansão do ensino superior não foi acompanhada, de forma grave, pela perda de qualidade do ensino. Isto se deve ao fato de que esse crescimento associou-se a uma política de concessão de bolsas de estudo no exterior para elevado número de professores e de que houve uma considerável ampliação do movimento editorial voltado para a academia (PAIVA e WARDE, 1994).

O sistema de ensino superior brasileiro acompanhou de modo acentuado esta tendência mundial de expansão. As matrículas, que compreendiam perto dos 100 000 alunos em 1960, subiram para 425 500 em 1970 e atingiram cerca de 1 600 000 na década de 90. O sistema de ensino público decuplicou a sua capacidade de atendimento, sem atingir as 700 mil matrículas em 1994 (dados do MEC/SEDIAE/SEEC). A demanda excedente assim gerada configurou-se como mercado propício para a expansão da iniciativa privada, que em 1994 detinha cerca de 59% do total das matrículas.

Projeções da UNESCO para este crescimento em todo o mundo indicam que as 65 milhões de matrículas que existiam em 1991 deverão atingir 100 milhões em 2025, sendo que, nos chamados países em desenvolvimento, as atuais 30 milhões de matrículas chegarão a 54 milhões no primeiro quartil do próximo século. Nesse contexto, torna-se fundamental a busca do desenvolvimento de uma educação superior de massas de qualidade,

observando-se a diversidade da demanda por matrículas neste nível de ensino, as perspectivas que são postas por um mercado de trabalho em constante mutação e a necessidade de assegurar-se a equidade no direito à educação.

Estas projeções de crescimento chamam a atenção de modo particular no caso brasileiro, em razão do processo de estagnação de matrículas que se verificou no nosso sistema de ensino superior, comparativamente com as taxas de crescimento da população. O percentual de jovens na faixa de 20 a 24 anos no ensino superior, na década de 80, que era de 12%, chegou a declinar para 10%, expandindo-se modestamente depois, até quase recuperar os 12% anteriores em 1994. Outros países da América Latina como Bolívia, Chile, Argentina, Venezuela, Peru e Uruguai, por sua vez, atendem de 20 a 40% da demanda de sua população por ensino superior, em razão das características específicas de seus sistemas educacionais (MEC/SECRETARIA de POLÍTICA EDUCACIONAL, 1996:12).

As razões da estagnação da oferta de matrículas no sistema de ensino superior brasileiro vinculam-se, principalmente, ao desequilíbrio no desenvolvimento dos níveis de ensino. Configura-se aqui um contexto educacional em que a repetência no ensino fundamental gera estrangulamento no ensino médio, resultando num reduzido percentual de jovens que consegue terminar o ensino fundamental e ter acesso ao nível seguinte. Desse modo, é possível afirmar que, embora o número de vagas no ensino superior brasileiro seja pequeno em relação à população em idade jovem, ele é elevado frente ao reduzido número de egressos do segundo grau.

Além da ausência de políticas efetivas para o ensino básico, sabe-se que as ações políticas voltadas para o desenvolvimento da educação no Brasil concentraram os investimentos, nas décadas de 70 e 80, na formação de recursos humanos capacitados para realizar pesquisa no ensino superior. Fruto das políticas científica e tecnológica desenvolvidas pelos governos militares, em detrimento da ampliação e melhoria do ensino básico (PEIXOTO, 1994), essas ações evidenciam a importância de se realizar, agora, um investimento concentrado no sistema educacional brasileiro como um todo, de modo a corrigir este desequilíbrio e a ampliar de modo efetivo o acesso ao ensino superior. A necessidade de se induzir uma modificação na situação brasileira, diante deste quadro, torna-se clara, tendo a busca de uma educação superior de massas de qualidade o potencial de possibilitar a diminuição das desigualdades sociais, principalmente se considerarmos que

a ampliação do acesso ao ensino superior facilita o ingresso em posições melhor remuneradas no mercado de trabalho.

A segunda tendência da educação superior no quadro atual refere-se à crescente *diversificação de estruturas institucionais e de formas de educação superior, bem como de métodos de ensino, capacitação e aprendizagem*. Esta diversificação se realiza por meio de instituições de educação superior universitárias e não-universitárias, de estabelecimentos de variados tamanhos, alguns deles funcionando em várias localidades, de estabelecimentos especializados por áreas do conhecimento, de funções de educação superior realizadas fora dos contextos institucionais tradicionais (cursos de formação à distância, por exemplo), do aumento do número de estudantes que trabalham além da sua diversificação em formas administrativas (públicas, privadas e mistas).

Parte do entendimento desta tendência reside na necessidade de produzir adaptações, que o sistema se viu levado a fazer, face a clientela cada vez mais heterogênea que passou a buscar este nível de ensino. Isto ocorreu em consequência de diversos fenômenos, tais como o aumento da demanda social por educação superior, os cortes nos gastos públicos com educação superior e as mudanças nas necessidades do mercado de trabalho, em consequência da globalização e da reorganização das economias.

Em especial, devem ser destacados os aspectos relacionados ao tipo diversificado de clientela que o ensino superior passou a atender. A diferenciação e a estratificação que a universidade sofreu, tanto segundo o tipo de conhecimentos produzidos, quanto segundo a origem social do seu corpo estudantil, caracterizaram um momento específico da busca pelo ensino superior em grande parte dos países. Este é o momento em que a procura pela universidade deixou de se concentrar no caráter de excelência no conhecimento por ela oferecido, e passou a representar, também, procura por democracia e igualdade (SANTOS, 1996:212).

Nestas circunstâncias, a diversidade institucional foi, sob certos aspectos, um recurso interposto pelo ensino superior para não ter que abrir mão de seu elitismo. Isto significa que as múltiplas dicotomias com as quais convivemos hoje no ensino superior - entre ensino universitário e não universitário, entre universidade de elite e de massas, entre cursos de grande prestígio e cursos desprestigiados -, foram definidas, em grande parte, em função da composição social da população escolar. Em consequência, o que se verifica é que, apesar da expansão do ensino superior ter proporcionado maior acesso dos grupos socialmente desprivilegiados às oportunidades educacionais, a verdade é que a sua posição relativa não melhorou

significativamente. Um bom indicador disto reside no fato de que, se hoje é mais elevada a porcentagem de filhos de famílias das classes populares freqüentando o ensino superior, eles se encontram em maior quantidade num ensino não universitário e recebendo, primordialmente, uma formação técnica profissional, com escasso acesso à pesquisa e em posição inferiorizada para competir num mercado de trabalho em que o conhecimento exerce papel fundamental.

No caso brasileiro, a este contexto de diferenciação deve ser ainda acrescido um dado importante que são as disparidades regionais. A distribuição regional da oferta de vagas é mais acentuada nas regiões mais ricas, sendo que o percentual de matrículas no ensino superior na faixa dos 20 aos 24 anos nas regiões Sul e Sudeste, em 1994, era da ordem de 15,7 e 14,9 respectivamente, enquanto que no Norte e Nordeste não chegava a 7% (MEC/SEDIAE/SEEC).

É interessante observar que esta desigualdade na oferta deve-se, em grande parte, à concentração dos estabelecimentos privados nas regiões mais ricas do país. O setor público, por sua vez, distribui-se de modo mais equilibrado, havendo, inclusive, mais instituições federais de ensino superior no Norte e no Nordeste do que no Sudeste. Este é um dado que permite afirmar que, se a gratuidade do ensino público representa, como querem alguns, (e dentre eles o programa do Banco Mundial) um elemento de desigualdade social, a manutenção e mesmo a ampliação do setor público federal no Brasil constituem importantes componentes para a compensação destas desigualdades regionais.

A última, mas não menos importante das tendências aqui abordadas, diz respeito às *restrições financeiras*. Na maior parte dos países, a expansão de matrículas não tem sido acompanhada por um aumento de recursos em termos reais, obrigando as instituições a fazerem cortes em orçamentos, programas de estudos, pessoal etc. Estas restrições estão associadas à crise do Estado do Bem Estar, manifestada através de uma deterioração progressiva das políticas sociais.⁷⁹ Neste quadro, o Estado abandona a condição de produtor de bens e serviços (no caso: escolas, ensino, pesquisa), passando a comprador destes bens e serviços produzidos no setor privado.

Em conseqüência, verifica-se a existência de uma grande pressão em favor da modificação das responsabilidades do Estado frente aos custos do ensino superior, enfatizando-se a busca de fontes de financiamento não estatais, acompanhada da aceleração dos processos de autonomia financeira das

79 Sobre a crise do Estado do Bem Estar Social ver, dentre outros, Paiva, 1991.

universidades públicas.⁸⁰ Além das dificuldades/descontinuidades geradas por estas restrições, toda a dinâmica do processo de pesquisa sofre modificações. A discussão das conseqüências sobre a pesquisa será feita a seguir.

Os centros de educação superior, e os próprios pesquisadores, vêm sendo instados a demonstrar competitividade e capacidade de adaptação a outros organismos de pesquisa e a novos conceitos de financiamento, bem como a criar novas formas organizativas de cooperação em matéria de pesquisa. Isto resulta, entre outros aspectos, em pressão no sentido do privilegiamento da pesquisa aplicada, que é aquela que mais diretamente interessa aos financiadores. Esta pressão é responsável pela atualidade de boa parte das questões presentes hoje nas relações entre universidade e indústria.⁸¹

O que resulta deste quadro? As instituições de ensino superior são defrontadas com uma nova forma de planejar e administrar a pesquisa e o desenvolvimento da tecnologia, assim como com a questão de uma comercialização bem sucedida de seu produto, sem que a grande maioria dos seus docentes tenha experiência prévia de lidar com o setor privado.

As conseqüências a longo prazo desta configuração são bastante graves para a educação superior, pois, como observaram Paiva e Warde (1994) a subordinação às demandas do mercado pode ser perigosa, dado que a subserviência impede que a universidade sobreviva como instituição crítica. Impactos imediatos decorrentes de uma tal situação manifestam-se, por sua vez, no nível do corpo docente, pela acentuação das diferenças salariais entre docentes cujos temas de pesquisa sejam ou não economicamente exploráveis. E manifestam-se no nível das áreas do conhecimento, pela acentuação do prestígio das ciências exatas e biológicas e um certo declínio das ciências humanas e ciências sociais, reconhecidamente áreas de menor *comercialidade*.

Um dos resultados disto num quadro de autonomia universitária é a contraposição entre interesses e prioridades de setores das universidades. A relação entre áreas do conhecimento cujas atividades sejam "rentáveis" economicamente, frente a outras que não o são, geram conseqüências acadêmicas e organizacionais importantes e complexas, que precisam ser

80 Exemplo de uma das configurações mais extremas deste caso é a Universidade do Chile, onde apenas 30% dos seus recursos orçamentários são hoje provenientes de dotações estatais.

81 O estudo de Silvia Velho (1996) sobre as relações entre universidade e empresa no Brasil apresenta interessantes contribuições sobre esta questão. Ver também o número 25 da Revista USP de mar/abr/mai 1995.

resolvidas. A Universidade do Chile vivencia hoje uma situação em que estas questões estão se colocando de forma bastante grave, explicitando-se a exigência de uma certa solidariedade interna na administração universitária que torne possível transferir recursos de quem os recebe no mercado para outros cujos trabalhos são igualmente importantes, mas não são demandados pelo mesmo mercado. As próprias condições da competição, no entanto, estimulam internamente condutas individualistas, tornando problemático o exercício desta solidariedade. Isto porque, por um lado, é percebido como injustiça "castigar" com a redistribuição aqueles segmentos da universidade que aportam mais recursos e, por outro lado, não é parte integrante das estruturas conceituais, tanto de uns como de outros, uma concepção que leve a um entendimento compartilhado da pertinência e relevância dos respectivos saberes (LAVADOS, 1995: 7).

Outra conseqüência desta situação reside no fato de que muitos princípios caros à vida acadêmica estão sendo colocados em xeque nas negociações e na colaboração efetiva entre universidade e empresa, dentre eles, os princípios relativos à socialização do conhecimento e à propriedade intelectual das idéias e dos resultados. Concepções de dinamismo e de competitividade são distintas na *comunidade científica* e na *comunidade industrial*, se se pode chamá-las assim. Para a comunidade científica, a discussão livre dos procedimentos e das etapas da pesquisa e o caráter público dos resultados são componentes imprescindíveis da sua atividade. Para a comunidade industrial, a noção de dinamismo assenta-se sobre as perspectivas de lucro, enquanto a noção de competitividade baseia-se nos ganhos de produtividade. Assim, numa situação extrema em que as concepções da indústria venham a se sobrepor às da comunidade científica, ter-se-á: em lugar da publicidade dos resultados, o segredo; em vez da discussão enriquecedora, o mutismo sobre o que é verdadeiramente importante no trabalho; em vez da livre circulação, as patentes.

É preciso chamar a atenção, ainda, para um último aspecto, no que se refere às restrições financeiras: os possíveis riscos de que no ensino superior, sob a inspiração deste quadro, venha a ser priorizado o *realismo econômico*, transformando-o numa medida de desvitalização da vida universitária. O realismo econômico é característico da postura administrativa que concebe o produto da universidade como um produto industrial, ainda que de tipo especial, e que a compreende como uma organização empresarial. Isto significa que a orientação *pelo* e *para* o mercado torna-se determinante, voltando-se a universidade, por exemplo, para o atendimento dos interesses momentâneos de sua clientela por determinadas carreiras.

A esse respeito, Morais (1996) afirma, com propriedade, que sendo o problema da universidade fundamentalmente de caráter cultural, este realismo econômico não pode vir a sobrepujar o *realismo cultural*. Se assim o fizer, irá relegá-la a um papel marginal na sociedade. Neste sentido, a questão da existência de recursos é essencial para uma universidade, mas ela deve ser precedida da definição e da garantia de defesa de um projeto didático-pedagógico que possa ser partilhado por todas as unidades que compõem o corpo universitário. Assim sendo, se as instituições de ensino superior não assumirem esta natureza cultural de sua problemática, elas perderão sua razão de ser.

CONCLUSÃO

O que aqui foi exposto leva a concluir ser necessário afirmar o papel e o lugar do ensino superior na sociedade atual e buscar identificar saídas para os problemas que lhe estão sendo propostos. Para isso, é importante valorizar corretamente determinados componentes internos e externos à universidade, o que implica dar um tratamento adequado a questões como: a democratização do acesso e maiores oportunidades de participação na educação superior durante as distintas fases da vida; os vínculos que ela possui com o mundo do trabalho; a sua responsabilidade em relação ao conjunto do sistema educacional; a sua participação na busca de soluções para problemas humanos prementes e, *last but not least*, o compromisso do Estado para com a educação superior.

Isto implica, também, procurar realizar um conceito multidimensional de qualidade no ensino superior que abranja todas as suas principais funções e atividades. A realização deste conceito deve ter como referência não só a qualidade do pessoal, dos programas, da aprendizagem, do ensino e da pesquisa. Supõe, também, a construção de um ensino superior atento às questões referentes à qualidade dos alunos, da infraestrutura e do entorno da instituição empenhado em realizar uma boa gestão dos recursos.

Aqui entra em questão o tema da avaliação do ensino superior, hoje necessariamente parte integrante desse nível de ensino, principalmente em consequência do quadro de restrições financeiras. Esta avaliação deve ser concebida de forma ampla, constituindo um sistema permanente e diversificado que forneça os instrumentos necessários para assegurar o desenvolvimento do sistema de ensino superior no seu conjunto. Por isso, deve compreender um processo de auto-avaliação institucional que leve à definição de seus objetivos e prioridades e que seja acoplado a um processo

de avaliação externa. O que deve ser posto em questão aqui é basicamente o papel social do ensino superior, cabendo à avaliação explicitar em que medida ele está respondendo às expectativas da sociedade e não está apenas atendendo, ou não, às demandas do mercado de trabalho.⁸²

É necessário acrescentar, também, que o caráter mundial assumido hoje pelo ensino/aprendizagem e pela pesquisa exige que se busque sintonizar a educação superior com a internacionalização de suas ações. Esta é uma questão que se torna premente, em razão da crescente mobilidade internacional dos indivíduos (estudantes, professores e pesquisadores), da intensificação dos vínculos de pesquisa transnacionais, bem como da ampliação dos diversos tipos de redes e de outros convênios voltados para a vinculação entre centros, docentes, pesquisadores e estudantes, que vem sendo facilitada pelos avanços das tecnologias da informação e da comunicação.

Cabe tecer aqui algumas considerações quanto ao significado das noções de centro e periferia neste contexto de internacionalização. O processo de globalização mantém e aprofunda as relações entre centro e periferia, autorizando, de acordo com Fiori, a formular a hipótese da existência de uma *novíssima dependência*, na forma como regiões como a América Latina vêm se inserindo na nova ordem econômica globalizada (1995:224).

Tomando como premissa que o conhecimento é universal, a sua procura, avanço e difusão deveria se dar, idealmente, graças aos esforços coletivos de uma comunidade universitária internacional. O progresso científico e tecnológico e seus efeitos, contudo, se encontram concentrados no plano geográfico, chegando à periferia de maneira extremamente restrita e segmentada, hierarquizando os espaços políticos nacionais segundo a sua importância ou de algumas de suas sub-regiões para os governos ou firmas decisoras.

No centro, instituições e intelectuais imprimem a direção, promovem modelos, produzem pesquisa e, em geral, funcionam como o cume do

82 Basear a avaliação do ensino superior apenas em processos como o do "provão de saída" (lei 9131/95) é restringir o alcance da avaliação institucional. Com esta lei, pretende-se que os resultados das provas dos concluintes de cada curso e o resultado global da instituição sejam utilizados como critérios de avaliação da qualidade da instituição. Tal como está proposto, não é possível identificar as causas das dificuldades institucionais e não beneficia o estudante, pois nada poderá ser feito retroativamente por ele. Individualmente, o "provão", portanto, não corresponde ao objetivo fundamental de uma avaliação institucional: a melhoria e o aperfeiçoamento das instituições ou do sistema.

sistema acadêmico. As instituições da periferia, por sua vez, caracterizam-se mais pela distribuição do saber e são dependentes das instituições centrais no que se refere à inovação e à orientação. Desse modo, a globalização estreitou mais ainda o acesso da periferia ao conhecimento e às tecnologias de ponta, pois sua utilização flexível e segmentada corresponde a um controle concentrado, o que contribui, ainda menos que no passado, para a criação de uma capacidade endógena de progresso técnico.

Esta é uma situação na qual necessariamente o papel do Estado deve assumir grande importância, no sentido de garantir a integração dos países no processo de desenvolvimento numa posição não subordinada, percebendo a posse do conhecimento em termos nacionais como uma função estratégica, da qual ele não pode abrir mão, sob pena de se tornar uma potência colonizada. A este propósito, é procedente o alerta feito por Cury ao caráter secreto com que vêm atuando determinados países no campo da ciência, e para os quais o intercâmbio internacional começa a se tornar seletivo: *o conhecimento tem destinação universal, não é propriedade privada de ninguém, mesmo quando alguém se autodelega poderes para isto* (1996:47).

Concretizar este papel do Estado no caso brasileiro, porém, implica a realização de uma ampla negociação, envolvendo tanto setores da própria máquina do Estado, quanto as relações que se exercem entre este e os interesses privados. Por um lado, há que se considerar a prevalência hoje, ao menos em termos dos meios de comunicação, das posições defendidas no programa do Banco Mundial, em que o ensino básico tem forte prioridade. Setores importantes da máquina do Estado compartilham essa posição, o que indica que não há uma unanimidade quanto à importância do ensino superior desse ponto de vista, havendo até, pelo contrário, uma acentuada tendência à desvalorização deste nível de ensino em termos de prioridades políticas. Um exemplo pode ser encontrado no discurso proferido pelo Presidente da República na abertura da 6ª Conferência Geral da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 9 de setembro de 1997.⁸³

Nesse discurso, o Presidente enfatizou que *"ou bem somos capazes de, efetivamente, mudar para melhor as condições de educação e as condições de desenvolvimento científico e tecnológico, ou não teremos chances de avançar no mundo contemporâneo."* E aduziu, em seguida, que são grandes *"as dificuldades que tem um Presidente que é professor da Universidade de*

83 Publicado, na íntegra, no *Jornal da Ciência*, Rio de Janeiro, ano XII nº 374, 12 de setembro de 1997, p.7.

São Paulo, membro da Academia de Ciências do Terceiro Mundo e de várias outras, que tem que mudar as prioridades, consignando mais recursos à educação primária (sic.) proporcionalmente àqueles recursos que vão para a educação superior e para a ciência e a tecnologia." Não resta dúvida que se evidencia aqui a presença de uma alteração de prioridades, que interessante se considera, em primeiro lugar, que o governo federal não se dispõe a aumentar o volume do componente social do orçamento e, em segundo lugar, que constitucionalmente, o governo federal é o único responsável pela manutenção do ensino superior público.

Por outro lado, considerando-se no setor privado os interesses apenas do setor empresarial, deve ser observado que, no contexto da realização da política de ciência e tecnologia das décadas de 70 e 80, este foi um setor fortemente interessado na elaboração e execução daquela política, que se orientou primordialmente para a valorização e o fortalecimento da produção nacional, inclusive com garantias de reserva de mercado. Hoje, esta é uma situação que está substancialmente modificada. A abertura da economia tornou parte dos setores empresariais mais interessados na importação de pacotes tecnológicos que lhes garantam, rapidamente, o incremento da sua competitividade internacional. Ao mesmo tempo, verificam-se importantes segmentos das universidades brasileiras voltados para a produção de ciência básica e desenvolvimento de tecnologias que potencialmente atenderiam a estes tipos de empresas, mas que encontram dificuldades de financiamento para suas atividades, quer por parte do Estado, quer por parte do segmento privado da economia nacional.

Estes são alguns aspectos da problemática da construção e transmissão do conhecimento no mundo de hoje e que fornecem, de certa forma, os dados do entorno da realização do novo paradigma do conhecimento no ensino superior. Algumas outras questões compõem ainda essa problemática, mas para os objetivos deste artigo elas serão aqui apenas delineadas. É o caso, por exemplo, da obrigatoriedade ou não do entrelaçamento do ensino e da pesquisa, que vem colocando em questão a pertinência de dois modelos de universidade: o humboldtiano, da associação entre ensino e pesquisa, e o americano, de ensino superior de massa, em que algumas instituições dedicam-se a realizar esta associação entre ensino e pesquisa. Ou, ainda, a importância do tema da autonomia universitária que, no quadro atual do ensino superior, compreende duas faces: uma, a da autonomia didática, administrativa e financeira das universidades públicas. E outra, a da plena autonomia acadêmica das universidades particulares face às mantenedoras.

Mas, sem dúvida, o desafio fundamental de toda a problemática aqui abordada consiste em saber em que circunstâncias o ensino superior irá se inserir no modelo de desenvolvimento econômico que vem sendo delineado no mundo capitalista, isto é, em que medida a organização e as políticas para o ensino superior contribuirão, ou não, para a construção de nações em condições de conduzir um processo de desenvolvimento auto-sustentado ou de nações colonizadas, econômica, política e culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, Noam. **A minoria próspera e a multidão inquieta**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

CORAGGIO, José Luís. **Desenvolvimento Humano e Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

CURY, Carlos R.J. Comentários ao Documento de "Política para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior". in: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇA E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA. **Anais**. Brasília: ANDIFES, 1996.

FIORI, José L. **Em busca do dissenso perdido; ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado Rio de Janeiro**: Insight, 1995.

FOGAÇA, Azuete. **Modernização Industrial: um desafio ao sistema educacional brasileiro**, in: WILNÊS, Henrique e outros. **A Educação e os Trabalhadores**. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, Educação e Tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica?**, in: SILVA, Tomaz T. (org.). **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

LAVADOS, Jayme Montes. **Crisis en la Universidad?** Discurso no 153º aniversário da Universidad de Chile, discurso do reitor proferido em Santiago do Chile em 22 de novembro de 1995.

MEC - Secretaria de Política Educacional. **Uma Nova Política para o Ensino Superior Brasileiro**, subsídios para discussão, documento apresentado no Seminário Nacional sobre Ensino Superior, Brasília, 16 e 17 dez. 1996.

MEC/SEDIAE/SEEC. Evolução das estatísticas do ensino superior no Brasil 1980 -1994. Brasília, 1996.

MIRANDA, Marília G. Novo Paradigma de Conhecimento e Políticas Educacionais na América Latina, Cadernos de Pesquisa, n. 100, mar. 1997.

MORAIS, Regis de. A Universidade desafiada. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

PAIVA, Vanilda. Educação e bem-estar social. Educação e Sociedade, n.39, ago 1991.

_____. **O Novo Paradigma de Desenvolvimento; educação, cidadania e trabalho, Educação e Sociedade, n. 45, ago. 1993.**

PAIVA, Vanilda e WARDE, Miriam (orgs).Dilemas do ensino superior na América Latina. Campinas: Papyrus, 1994.

PEIXOTO, Maria do Carmo L. Escola de pesquisar; estudo sobre a formação do pesquisador. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 1994. (Tese. Doutorado em Educação)

SANTOS, Boaventura S. Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

UNESCO. Documento de política para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Caracas:UNESCO, 1995.

VELHO, Sílvia. Relações universidade-empresa; desvelando mitos. Campinas: Autores Associados, 1996.

WEFFORT, Francisco. Qual Democracia? São Paulo:Companhia das Letras, 1992.